



## RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO

### ASPECTOS DE CONTROLE INTERNO

#### INTRODUÇÃO

Para o gestor consciente de seus atos, e ainda de sua responsabilidade no trato com a coisa pública, um sistema de controle interno estruturado e autônomo é o início do processo que lhe garantirá segurança para uma gestão eficiente.

De antemão, propomos que Controle Interno deva ser uma ação, que vai além de um órgão de defesa da legalidade, de controles, deve abarcar além de questões como o combate à corrupção, o monitoramento das políticas públicas e a promoção da transparência.

Deve ser inovador para desempenhar um importante papel na mobilização da sociedade civil, capacitando-a para o exercício da função de controle social dos governantes. Assim, um dia o mero controle burocrático existente hoje poderá ser substituído por fortes e zelosos controles sociais.

No que diz respeito à importância do Órgão de Controle Interno Municipal de Viçosa, buscamos o assessoramento ao Gestor Municipal, especificamente no caminho para a efetividade no trato dos recursos públicos, sejam eles humanos, materiais ou financeiros, alinhando sempre com a eficácia social.

Assim, tornou-se possível o atendimento mais eficaz aos princípios constitucionais, com o desenvolvimento de critérios para salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas, estimular a eficiência operacional e o efetivo controle, adotando procedimentos capazes de atender as determinações legais.

Nesse sentido, são efetuadas várias ações visando, essencialmente, a transparência do serviço público, o acesso à informação, o controle interno e o fomento ao Controle Social. Dentre elas destacam-se algumas ações:

Emissão de Pareceres sobre prestações de contas de recursos concedidos à terceiros, pareceres sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal, pareceres sobre assuntos gerais quando solicitados e pareceres sobre pagamentos de prestadores de serviços de substituição de mão de obra ao município;

Durante o ano de 2018 continuamos e iniciamos alguns trabalhos que julgamos necessários para a melhora da gestão administrativa do município, ações que buscaram o desenvolvimento técnico e a transparência nos trabalhos realizados, como:

Capacitações para servidores;

Busca por transparência na descrição do objeto resumido do empenho, garantindo informações mínimas para o entendimento do que se está comprando ou contratando como recurso público.

Participação em reuniões dos Conselhos de Assistência Social, Direitos das Crianças e Adolescentes e Saúde. Esclarecendo ideias e ações da gestão pública. Incentivando a busca por conhecimento para os conselheiros.



Trabalho de análise das Prestações de Contas junto aos conselhos, garantindo transparência na aplicação de recursos por terceiros.

Troca de informações constantes com a assessoria dos conselhos e presidência visando sanar dúvidas.

Abertura de espaço nas audiências públicas de demonstração das metas fiscais no legislativo para esclarecimento de dúvidas que possam surgir pelos vereadores.

Temos como norte que o Controle Interno, seja pelo monitoramento da aplicação da lei, ou o responsável pela sua aplicação, tem responsabilidade na garantia da fidelidade da informação disponibilizada, no cumprimento do direito constitucional de acesso à informação ao cidadão, que muito timidamente vem aprendendo a exercer suas obrigações de controle.

## **GESTÃO PATRIMONIAL**

Os bens adquiridos no curso do exercício de 2018 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas, lançados no controle patrimonial pelo servidor competente, com a devida identificação e assinatura do responsável pela guarda no Termo de Responsabilidade. O controle dos bens patrimoniais é realizado por sistema informatizado. Há o acompanhamento constante do patrimônio, o que ocorre através do confronto das informações prestadas pelo Setor de Patrimônio e as contas contábeis do Ativo Permanente.

## **CONTROLE DE FROTA**

É realizado o controle da frota de veículos no que tange a documentação, seguro, multas etc. No que diz respeito ao controle de combustível, quilometragem de cada veículo e média de consumo, são elaboradas planilhas de controle, e cada veículo possui um relatório de viagem.

## **GESTÃO TRIBUTÁRIA**

O Município arrecada os tributos de sua competência, o que é efetuado pelo setor de tributos. O controle tributário bem como a dívida ativa, é efetuado por sistemas informatizados, e a cobrança é realizada pela rede bancária integrada a compensação nacional. E seus registros são efetuados na contabilidade com base nos valores informados pela tributação ao respectivo departamento bem como para a Tesouraria do município.

## **CONCLUSÃO**

A Controladoria do Município através do presente relatório vem demonstrar que no decorrer de 2018 foi observada a orientação contida no art. 48 da Lei 4.320/64 no sentido que deve ser buscado o equilíbrio entre Receita arrecadada e a despesa realizada, norma de conduta confirmada pela Lei Complementar 101/2000.

Assim, considerando que:

- ☐ Evidencia-se equilíbrio entre receitas e despesas na execução orçamentária durante o exercício;



- ☐ As despesas com pessoal do Poder Executivo alcançaram no fim do exercício o percentual 48,55% da Receita Corrente Líquida, sendo que de acordo com o artigo 20, inciso III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo admitido para o Poder Executivo é de 54,00%;
- ☐ O Município através da Secretaria da Educação no decorrer do exercício aplicou 25.90% da Receitas Resultantes de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo o limite mínimo de 25,00% estatuído no art. 212 da Constituição Federal;
- ☐ O Município, através da Secretária da Educação, aplicou 69,80% na remuneração com o magistério, enquanto que o art. 60 do ADCT CF, estabelece que o mínimo a ser aplicado é 60,00%;
- ☐ O Município através da Secretaria de saúde, aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde durante o exercício 15,29%, enquanto que o mínimo estabelecido no art. 77, inciso III, do ADCT – CF é de 15%;
- ☐ Foram cumpridos os princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial; e
- ☐ Os créditos adicionais atenderam ao princípio da legalidade.

A Controladoria Geral do Município de Viçosa, com base nos valores gerados pela contabilidade, entende por adequada as contas atinentes ao exercício de 2018 expressas no Balanço Geral, concluindo que representam a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Município, frisando, no entanto, a necessidade de aprimorar e aperfeiçoar sempre os Controles Internos praticados em todos os departamentos e setores do município, com o fito de salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas e estimular a eficiência operacional.

É o que nos coube Relatar. Viçosa, 29 de Março de 2019.

**VERA LUCIA SILVA**  
Controladora municipal

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**